

PREGÃO ELETRÔNICO:
90010/2026

CONTRATANTE (UASG):
(160322)

OBJETO:
Aquisição de Materiais de OPME para ortopedia – ombro.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 911.260,10 (novecentos e onze mil, duzentos e sessenta reais e dez centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço item

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

Processo Administrativo nº 64574.003683/2026-82

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO, CNPJ 09.609.235/0001-50, por meio do(a) SETOR DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, sediado(a) FRANCISCO MANUEL, 126,PAVLH DIVISAO ADM, bairro BENFICA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ , CEP 20911270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material OPME para ORTOPEDIA - OMBRO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 9 (nove) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
grupo

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Sistema de irrigação eletrônica composto de cassete descartável. Ou de melhor qualidade.	Unitário
2	Dispositivo de duplo tubo longo reto/curvo, estéril com extremidade cortante ou abrasiva indicado em procedimentos intra-articulares. Ou de melhor	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
	qualidade.	
3	Componente auxiliar de ombro para terapia térmica para alívio de dores musculares, articulares e lesões. Com variação de temperatura para efeitos terapêuticos, redução de inflamações e alívio de tensões. Encaixe específico adaptável ao contorno de áreas específicas do corpo, aliviando dores crônicas, rigidez muscular, inflamações, inchaço e dor aguda por lesões, com encaixe rápido ao console computadorizado.	Unitário
4	Parafuso ortopédico, material titânio, tipo âncora, aplicação procedimento cirúrgico ortopédico, características adicionais com fio de sutura não absorvível, tipo uso correção e reinserção de lesão no manguito rotator, comprimento 3,5mm ou de melhor qualidade.	Unitário
5	Cânula 7.0 x 7,2mm para artroscopia de ombro. Ou de melhor qualidade.	Unitário
6	Caneta de marcação cirúrgica para a pele na coloração azul ou roxa. Embalagem estéril. Uso único	Unitário
7	Ponteira de radiofrequência, material aço, tipo uso descartável, aplicação cirurgia de vídeo artroscopia ortopédica, tipo ponta 90º, esterilidade estéril ou de melhor qualidade.	Unitário
8	Agulha passadora de fio para uso em pinça nas lesões de manguito rotator ou de melhor qualidade.	Unitário
9	Âncora flexível de 1,4 e 1,5mm de diâmetro, material poliéster, carregadas com fios ultrarresistentes diâmetro 1 ou 2, acompanha guias para introdução ou de melhor qualidade.	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Sistema de irrigação eletrônica composto de cassete descartável. Ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
2	Dispositivo de duplo tubo longo reto/curvo, estéril com extremidade cortante ou abrasiva indicado em procedimentos intra-articulares. Ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
3	Componente auxiliar de ombro para terapia térmica para alívio de dores musculares, articulares e lesões. Com variação de temperatura para efeitos terapêuticos, redução de inflamações e alívio de tensões. Encaixe específico adaptável ao contorno de áreas específicas do corpo, aliviando dores crônicas, rigidez muscular, inflamações, inchaço e dor aguda por lesões, com encaixe rápido ao console computadorizado.	R\$ 1,00
4	Parafuso ortopédico, material titânio, tipo âncora, aplicação procedimento cirúrgico ortopédico, características adicionais com fio de sutura não absorvível, tipo uso correção e reinserção de lesão no manguito rotator, comprimento 3,5mm ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
5	Cânula 7.0 x 7,2mm para artroscopia de ombro. Ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
6	Caneta de marcação cirúrgica para a pele na coloração	R\$ 1,00

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
	azul ou roxa. Embalagem estéril. Uso único	
7	Ponteira de radiofrequência, material aço, tipo uso descartável, aplicação cirurgia de vídeo artroscopiaortopédica, tipo ponta 90º, esterilidade estéril ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
8	Agulha passadora de fio para uso em pinça nas lesões de maguito rotator ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00
9	Âncora flexível de 1,4 e 1,5mm de diâmetro, material poliéster, carregadas com fios ultrarresistentes diâmetro 1 ou 2, acompanha guias para introdução ou de melhor qualidade.	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 9d0d821769464241863

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras.gov](http://compras.gov.br)

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaohospitalcentral@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 9d0d821769464241863

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitacaohospitalcentral@gmail.com


16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar


Rio de Janeiro, RJ , 26 de janeiro de 2026

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS RODRIGUES DE SOUZA**
Data: 26/01/2026 21:07:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCAS RODRIGUES DE SOUZA – 2º Ten
Adjunto da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

Verificado por:

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO**
Data: 27/01/2026 07:35:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSÉ RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO – Cel Vet
Chefe da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

Aprovado por:

**LUCIANO LUIZ
GOULART SILVA
DIAS:07752932701**

Assinado de forma digital por
LUCIANO LUIZ GOULART SILVA
DIAS:07752932701
Dados: 2026.01.27 09:44:24 -03'00'

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – Cel Int
Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas das Áreas Orçamentária,
Financeira e Patrimonial

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	160322-HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	27/01/2026 08:34 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64574.003683/2026-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual **Aquisição de material OPME para ORTOPEDIA - OMBRO**, incluindo a obrigatoriedade de fornecimento, em regime de **COMODATO** (cessão gratuita), dos equipamentos necessários à sua utilização (Torres de Vídeo, Motores e Instrumentais), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na Tabela de Itens anexa.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UF	QTD	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
GRUPO 01						
1	Sistema de irrigação eletrônica composto de cassete descartável. Ou de melhor qualidade.	464182	Und	30	R\$ 1.259,17	R\$ 37.775,10
2	Dispositivo de duplo tubo longo reto/curvo, estéril com extremidade cortante ou abrasiva indicado em procedimentos intra-articulares. Ou de melhor qualidade.	444011	Und	30	R\$ 1.490,00	R\$ 44.700,00
3	Componente auxiliar de ombro para terapia térmica para alívio de dores musculares, articulares e lesões. Com variação de temperatura para efeitos terapêuticos, redução de inflamações e alívio de tensões. Encaixe específico adaptável ao contorno de áreas específicas do corpo, aliviando dores crônicas, rigidez muscular, inflamações, inchaço e dor aguda por lesões, com encaixe rápido ao console computadorizado.	460244	Und	10	R\$ 4.580,00	R\$ 45.800,00

4	Parafuso ortopédico, material titânio, tipo âncora, aplicação procedimento cirúrgico ortopédico, características adicionais com fio de sutura não absorvível, tipo uso correção e reinserção de lesão no manguito rotator, comprimento 3,5mm ou de melhor qualidade.	443242	Und	30	R\$ 2.500,00	R\$ 75.000,00
5	Cânula 7.0 x 7,2mm para artroscopia de ombro. Ou de melhor qualidade.	480028	Und	50	R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
6	Caneta de marcação cirúrgica para a pele na coloração azul ou roxa. Embalagem estéril. Uso único	435579	Und	30	R\$ 32,00	R\$ 960,00
7	Ponteira de radiofrequência, material aço, tipo uso descartável, aplicação cirurgia de vídeo artroscopiaortopédica, tipo ponta 90°, esterilidade estéril ou de melhor qualidade.	308479	Und	30	R\$ 5.310,00	R\$ 159.300,00
8	Agulha passadora de fio para uso em pinça nas lesões de manguito rotator ou de melhor qualidade.	604304	Und	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
9	Âncora flexível de 1,4 e 1,5mm de diâmetro, material poliéster, carregadas com fios ultrarresistentes diâmetro 1 ou 2, acompanha guias para introdução ou de melhor qualidade.	443695	Und	55	R\$ 9.095,00	R\$ 500.225,00
VALOR TOTAL					R\$ 911.260,10	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os itens estão agrupados em **GRUPO ÚNICO (Sistema Interdependente)**, visando à garantia da compatibilidade técnica entre os insumos de consumo e os equipamentos cedidos, à padronização do set cirúrgico e à eficiência logística, conforme detalhamento constante na Tabela de Itens deste Termo de Referência e na Justificativa de Não-Parcelamento do ETP.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A formalização das contratações observará o **regime misto**, juridicamente validado para garantir a segurança da execução contratual:

- 1.6.1. Para os materiais de consumo (OPME):** Utilização de **Nota de Empenho** como instrumento substitutivo ao contrato, dada a característica de entrega imediata e integral (pronta entrega/consumo).
- 1.6.2. Para os equipamentos cedidos (Comodato):** Assinatura obrigatória de **Termo de Contrato de Comodato** específico, vinculado à Ata de Registro de Preços, para reger as responsabilidades sobre manutenção, vigência e devolução dos bens.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este processo, que demonstra a indispensabilidade dos insumos para a continuidade dos atendimentos de traumas de face e cirurgias ortognáticas do Hospital Central do Exército (HCE).

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- **4.1.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013, devendo o registro estar válido na data da sessão pública.
- **4.1.2.** Só será admitida a oferta de equipamentos (cedidos em comodato), inclusive suas partes e acessórios, que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e possuam o Selo de Identificação da Conformidade, quando aplicável.
- **4.1.3.** A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela legislação sanitária vigente (RDC ANVISA pertinente).

4.2. Não será indicada marca ou modelo específico, admitindo-se qualquer produto que atenda às especificações técnicas descritas neste TR.

Da exigência de amostra

4.3. A exigência de amostras ocorrerá apenas na fase de julgamento (diligência), caso a análise documental não seja suficiente, encontrando-se pormenorizada nos termos do item 4.14 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade, visando ampliar a competitividade do certame.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a adjudicatária responder integralmente pela execução.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação (caução) dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de um processo licitatório para aquisição de material por fornecimento imediato/integral a cada empenho.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.7. Do Tratamento Diferenciado para ME/EPP (Lei Complementar nº 123/2006): A aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 observará o valor estimado e a complexidade técnica do objeto, conforme delineado a seguir:

- **4.7.1. Licitação Exclusiva (Itens até R\$ 80.000,00):** Caso existam itens avulsos cujo valor estimado não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00, será adotada a licitação exclusiva, em estrito cumprimento ao Art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.
- **4.7.2. Afastamento da Cota Reservada (Grupo Único acima de R\$ 80.000,00):** Para o **GRUPO ÚNICO** deste processo, cujo valor supera o limite de exclusividade, **não será adotada a cota reservada de até 25%** (prevista no Art. 48, III), fundamentando-se na exceção do Art. 49, incisos II e III da mesma Lei.

4.8. Justificativa Técnica para o Afastamento da Cota Reservada: A natureza do objeto (**Sistemas de Videoartroscopia e Ancoragem para Ombro**) envolve itens tecnologicamente interdependentes (Equipamento + Consumível). A aplicação de cota reservada no Grupo obrigaria a Administração a fragmentar o fornecimento de uma mesma solução cirúrgica entre dois fornecedores distintos (um da cota principal e outro da reservada).

- **4.8.1.** Tal fragmentação é **vedada tecnicamente** devido à **Incompatibilidade de Conexões Proprietárias**. As lâminas de shaver e ponteiros de radiofrequência possuem encaixes (plugs) específicos que só funcionam no Motor/Gerador da mesma marca. Tentar utilizar um consumível da "Cota Reservada" no equipamento da "Ampla Concorrência" é fisicamente impossível ou geraria danos ao equipamento, comprometendo a segurança do paciente e a garantia dos bens.
- **4.8.2.** A gestão de "meios sistemas" cirúrgicos (Torre de Vídeo de uma empresa e Motor de outra) criaria ineficiência logística e impossibilidade operacional, pois o HCE não dispõe de espaço físico em sala para manter equipamentos duplicados para atender a cotas distintas.

4.9. Da Margem de Preferência: Não será aplicada a margem de preferência (Art. 26 da Lei nº 14.133/2021).

4.10. Conforme demonstrado no ETP, o objeto possui alta complexidade técnica e impacto direto na recuperação funcional do paciente. A seleção pauta-se na rigorosa análise técnica de desempenho. Não é razoável, neste contexto de saúde, a aplicação de margens financeiras que possam preterir a solução de melhor desempenho mecânico apenas por critérios de fomento industrial.

4.11. Do Critério de Desempate (Empate Ficto): Ressalva-se que, mesmo no **GRUPO ÚNICO** de Ampla Concorrência onde a cota reservada foi afastada, será assegurado o tratamento favorecido às ME/EPP na forma de "empate ficto" (direito de preferência no desempate de preços), em estrito cumprimento aos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O fornecimento será realizado sob demanda, devendo a Contratada entregar os bens (Materiais de Consumo acompanhados dos Equipamentos em Comodato do **GRUPO ÚNICO**) nos seguintes prazos, contados a partir da solicitação formal (envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento/Agendamento):

- **5.1.1. Para Cirurgias Eletivas:** Prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.
- **5.1.2. Para Cirurgias de Urgência/Emergência:** Prazo máximo de **06 (seis) horas**, em regime de plantão de sobreaviso, visando atender aos traumas de **ORTOPEDIA - OMBRO** que dão entrada no Pronto Socorro.
- **5.1.3.** A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme a necessidade de cada procedimento cirúrgico, sendo vedada a entrega integral antecipada sem solicitação prévia (estoque virtual).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data/hora assinalada (especialmente nas urgências), a empresa deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que a Administração adote as medidas de contingência, ressalvadas situações comprovadas de caso fortuito e força maior. O atraso injustificado que acarrete cancelamento de cirurgia sujeitará a contratada às sanções administrativas e responsabilidade civil.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Francisco Manuel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.911-270 (aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico - DMC)

5.3.1. Em caso de produtos com validade (estéreis), o prazo de validade, na data da entrega, não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica 5.4. O prazo de garantia dos materiais de consumo (implantes/âncoras) é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- **5.4.1.** Para os equipamentos cedidos em comodato (**Torres de Vídeo, Consoles de Shaver, Bombas, Geradores de RF e Caixas de Instrumental**), a garantia de funcionamento deve ser integral e permanente durante a vigência do contrato. [cite_start]A manutenção preventiva, corretiva e a substituição de peças desgastadas ou quebradas (ex: óticas, cabos de fibra e peças de mão) são de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem ônus para o HCE.

5.5. A entrega do material deverá corresponder estritamente ao Modelo de Recibo de Entrega de Material OPME (consignado /consumo), conforme anexo "C" deste Termo de Referência, permitindo a conferência e segregação do que foi consumido e do que será devolvido.

5.6. O registro ANVISA cadastrado na proposta deverá corresponder exatamente ao do material entregue, sendo vedada a entrega de marcas "similares" ou distintas da adjudicada no **GRUPO ÚNICO**, conforme verificação no anexo "C" deste Termo de Referência.

5.7. As demais cláusulas a serem aplicadas ao modelo de fornecimento dos equipamentos encontram-se pormenorizadas na "Minuta de Contrato de Comodato", constante dos anexos deste Edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato (entendido aqui como a relação jurídica formalizada pela Nota de Empenho para os materiais de consumo e pelo Termo de Comodato para os equipamentos do **GRUPO ÚNICO**) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de urgência cirúrgica ou falha técnica dos equipamentos cedidos (**Torres de Vídeo, Motores e Instrumentais**).

6.5. Após a retirada da Nota de Empenho ou assinatura do Termo de Comodato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização (conferência de mapas de consumo), das estratégias para execução do objeto (fluxo de entrega 6h/48h), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

Fiscalização 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo a qualidade dos materiais (**âncoras, lâminas, etc.**) e o pleno funcionamento dos equipamentos em comodato do **GRUPO ÚNICO**.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (ex: falha na imagem da Torre de Vídeo ou perda de corte da lâmina).

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas (**risco de desabastecimento ou cancelamento de cirurgia por falha no equipamento**), o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- **6.16.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- **6.16.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- **6.16.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- **6.16.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- **6.16.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- **6.16.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- **6.16.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **7.2.1. Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **7.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- **7.2.4. Multa:**
 - **7.2.4.1. Moratória (Atraso):** Para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (item + comodato vinculado), até o limite de 30 (trinta) dias.
 - **7.2.4.2. Moratória (Garantia):** De 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (se exigida no Edital).
 - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato.
 - **7.2.4.3. Compensatória (Fraude/Atos Lesivos):** Para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
 - **7.2.4.4. Compensatória (Inexecução Total):** Para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - **7.2.4.5. Compensatória (Grave Dano):** Para a infração descrita acima na alínea “b” (ex: cancelamento de cirurgia de urgência por falta de material), de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - **7.2.4.6. Compensatória (Substitutiva):** Em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
 - **7.2.4.7. Compensatória (Inexecução Parcial Simples):** Para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

- **7.2.4.8. Cláusula Específica de Comodato:** Para fins de aplicação das multas previstas neste item, considera-se **inexecução parcial** a entrega dos materiais de consumo sem os respectivos equipamentos em comodato (motores, caixas de instrumental ou óticas) necessários à sua utilização, ou a entrega destes equipamentos em condições impróprias de uso (quebrados, oxidados ou incompatíveis), uma vez que tal falha impede a realização do procedimento cirúrgico.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

- **7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e no SICAF.
- **7.8.2.** Os endereços de e-mail serão considerados de uso contínuo da empresa.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções no CEIS e CNEP.

- **7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO 8.1. Os bens (materiais de consumo e equipamentos em comodato do **GRUPO ÚNICO**) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega no Depósito de Material Cirúrgico (DMC) ou local designado, juntamente com a Nota Fiscal de Simples Remessa (ou documento de transporte equivalente), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

- **8.1.1.** Nesta etapa, verifica-se a conformidade das embalagens, a validade dos produtos estéreis (**âncoras, lâminas, fios**) e a presença e funcionalidade dos equipamentos em comodato (**Torres de Vídeo, Consoles de Shaver, Bombas de Infusão e Caixas de Instrumental**) necessários ao procedimento.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta (ex: instrumental incompleto, Torre de Vídeo com defeito de imagem, Shaver sem torque ou material não estéril), devendo ser substituídos no prazo de **06 (seis) horas para urgências e 48 (quarenta e oito) horas para eletivas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a realização do procedimento cirúrgico, mediante a conferência do Mapa de Consumo assinado pela equipe médica e a verificação da Nota Fiscal de Venda (Fatura) apresentada pela Contratada, que deverá conter estritamente os itens efetivamente utilizados.

- **8.3.1.** O recebimento definitivo fica condicionado à devolução (logística reversa) dos itens não utilizados, que deverão ser retirados pela Contratada ou devolvidos mediante Nota Fiscal de Devolução.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (divergência entre o material entregue e o consumido), deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens (especialmente quanto à biocompatibilidade das **âncoras e implantes**) nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de disponibilização dos **Sistemas de Videoartroscopia (Torres, Motores, Bombas) e Instrumentais** em comodato correrão por conta do Contratado e são **condição obrigatória** para o recebimento e pagamento dos materiais de consumo.

LIQUIDAÇÃO 8.10. Recebida a Nota Fiscal de Venda (referente apenas aos itens consumidos), correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- **8.12.1.** o prazo de validade (conferido no ato da entrega);
- **8.12.2.** a data da emissão;
- **8.12.3.** os dados do contrato (ou Nota de Empenho) e do órgão contratante;
- **8.12.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- **8.12.5.** o valor a pagar (que deve corresponder exatamente ao quantitativo do Mapa de Consumo); e
- **8.12.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras.

8.14. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- **8.15.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- **8.15.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação para regularização em 5 (cinco) dias úteis.

8.17. Não havendo regularização, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis e reter o pagamento para garantir os créditos fiscais, se for o caso.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto (material implantado no paciente), os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

PRAZO DE PAGAMENTO 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA.

FORMA DE PAGAMENTO 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionada à apresentação de documento comprobatório.

CESSÃO DE CRÉDITO 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante e formalização via termo aditivo.

8.28. A eficácia da cessão de crédito está condicionada à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário e à certificação de que este não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente, mantendo-se todas as cláusulas contratuais.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025.

REAJUSTE 8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s), o Contratante pagará pela última variação conhecida, liquidando a diferença posteriormente.

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) será(ão) o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o índice seja extinto, será adotado o substituto legal ou outro eleito pelas partes via termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **integral por demanda** (conforme empenho).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 "Condições Gerais da Contratação" e no Anexo de Preços deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da parcela pertinente.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, além de licenças e autorizações das autoridades sanitárias municipal, estadual e federal, em plena validade;

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados e documentos deverão comprovar as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76.

9.34.1.2. Certidão de Regularidade Técnica (CRT), do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) de sua jurisdição, conforme Lei 5.991/73, ou entidade profissional competente.

9.34.1.3. Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou Municipal do ano em exercício. Em caso de processo de renovação, será aceito o protocolo, desde que o mesmo tenha sido distribuído no prazo máximo (120 dias antes do vencimento) estabelecido pela Resolução ANVISA nº 66/2007.

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato/ata, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado e apostilados/consularizados.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

10.1. Com base nos estudos técnicos realizados e no levantamento de mercado efetuado (Mediana do Painel de Preços e Cotações com fornecedores), foi constatado que a **Aquisição de material OPME para ORTOPEDIA - OMBRO** possui uma estimativa de valor total para 12 meses de **R\$ 911.260,10 (novecentos e onze mil, duzentos e sessenta reais e dez centavos)**.

10.2. Ressalta-se, de forma inequívoca, que este montante refere-se exclusivamente à aquisição dos materiais de consumo (**âncoras, lâminas de shaver, ponteiras de radiofrequência, cânulas e fios**) efetivamente utilizados nos pacientes.

10.3. Da Gratuidade do Comodato (Sem Ônus)

- **10.3.1.** Quanto aos equipamentos necessários à aplicação dos materiais (**Torres de Vídeo, Consoles de Shaver, Bombas de Infusão, Geradores de Radiofrequência e Caixas de Instrumental**), estes deverão ser disponibilizados pela Contratada em regime de **COMODATO** (Cessão Gratuita Temporária).
- **10.3.2.** Não haverá, em hipótese alguma, pagamento de locação, aluguel, taxa de manutenção ou qualquer outra contraprestação financeira por parte da Administração pelo uso desses equipamentos.
- **10.3.3.** O fornecimento dos equipamentos sem ônus é condição *sine qua non* para a habilitação técnica e aceitação da proposta, devendo a licitante absorver os custos logísticos e de depreciação desses ativos dentro de sua estratégia comercial de fornecimento dos insumos do **GRUPO ÚNICO**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente [A2].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13. REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Aplicável às aquisições de materiais formalizadas por Nota de Empenho - Art. 95, II, Lei 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para retirar/aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

- **1.3.1.** Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- **1.3.2.** O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação decorrente da Nota de Empenho é restrito ao período de entrega (execução imediata) e pagamento, extinguindo-se com o adimplemento das obrigações.

- **Nota:** O Termo de Contrato de Comodato (Equipamentos) terá vigência própria de 12 meses, conforme Cláusula específica.
- 2.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- **3.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;
- **3.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- **3.1.3.** Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou falhas, fixando prazo para correção;
- **3.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- **3.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo estabelecido;
- **3.1.6.** Aplicar sanções previstas em lei;
- **3.1.7.** Cientificar a AGU em caso de descumprimento grave;
- **3.1.8.** Decidir sobre solicitações e reclamações no prazo de 10 dias, prorrogável por igual período;
- **3.1.9.** Responder pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 10 dias. **3.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo riscos e despesas, e ainda:

- **4.1.1.** Entregar o objeto acompanhado dos manuais e instruções de uso em português (especialmente para os equipamentos em comodato);
- **4.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos (CDC);
- **4.1.3.** Comunicar ao Contratante, em até 24h antes do prazo, motivos de atraso;
- **4.1.4.** Atender determinações do fiscal;

- **4.1.5.** Reparar ou substituir bens com vício às suas expensas;
- **4.1.6.** Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou terceiros;
- **4.1.7.** Manter a regularidade fiscal (SICAF) durante toda a execução e pagamento, apresentando certidões (INSS, FGTS, Trabalhista, Federal, Estadual) junto com a Nota Fiscal caso o sistema esteja indisponível;
- **4.1.8.** Cumprir obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- **4.1.9.** Comunicar ocorrências anormais em 24h;
- **4.1.10.** Paralisar atividades de risco por ordem da Administração;
- **4.1.11.** Manter condições de habilitação;
- **4.1.12.** Cumprir reserva de cargos (PCD/Aprendiz);
- **4.1.13.** Guardar sigilo de informações;
- **4.1.14.** Arcar com erros de dimensionamento de sua proposta;
- **4.1.15.** Cumprir normas de segurança e medicina do trabalho;
- **4.1.16.** Observar a LGPD (Lei 13.709/2018);
- **4.1.17.** Não utilizar trabalho infantil ou escravo;
- **4.1.18. Obrigação Específica:** Providenciar a retirada imediata dos equipamentos cedidos em comodato (motores/caixas) após o término da vigência ou rescisão, sob pena de caracterização de abandono.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1.** A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações (entrega e pagamento).
- 5.2.** A contratação poderá ser extinta antes do prazo por motivos do art. 137 da Lei nº 14.133/21 ou amigavelmente.
- 5.3.** O termo de extinção será precedido de balanço de eventos e pagamentos.
- 5.4.** A extinção não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, com base na Lei nº 14.133/2021, Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1.** Eventuais alterações regem-se pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** O Contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial atualizado.
- 7.3.** Supressões consensuais podem exceder 25%.
- 7.4.** Alterações exigem termo aditivo e aprovação jurídica prévia, salvo urgência (formalização em 1 mês).
- 7.5.** Registros simples (apostilamento) dispensam termo aditivo (art. 136).

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **RACHEL DE SOUSA AUGUSTO**
Data: 29/01/2026 14:23:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


RACHEL DE SOUSA AUGUSTO
RESPONDENDO PELA CHEFIA DO DMC

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO**
Data: 30/01/2026 11:09:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
CHEFE DA SPIC

Documento assinado digitalmente
 **VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS**
Data: 30/01/2026 10:57:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS
FISCAL DE OPME

Documento assinado digitalmente
 **JOEL PAULO AKERMAN**
Data: 28/01/2026 07:49:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOEL PAULO AKERMAN
CHEFE DO SETOR DE ORTOPEDIA

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 30/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64574.003683/2026-82

2. Descrição da necessidade**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Hospital Central do Exército (HCE) presta atendimento médico-hospitalar a um efetivo considerável de usuários, composto por militares da ativa, inativos, dependentes, pensionistas e servidores civis, os quais, por força de dispositivo legal, fazem jus à assistência à saúde pelo sistema SAMMED/FuSEx/PASS. A aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para o emprego pelo **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Especialidade de Ombro e Cotovelo)** se faz necessária, pois se tratam de insumos essenciais para a realização de tratamentos cirúrgicos de **lesões do manguito rotador, instabilidades glenomerais (luxações), artroses e traumas de membros superiores**, inerentes a esta especialidade médica. Estes materiais são fundamentais à prestação do atendimento aos usuários assistidos neste nosocômio.

2.2. Ademais, são insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode ocasionar a não realização do tratamento cirúrgico, o que comprometeria não só o atendimento e, por conseguinte, o bem-estar dos pacientes (com riscos de dor crônica incapacitante e perda definitiva da mobilidade do braço), mas também o sistema de saúde como um todo.

2.3. O Serviço de Ortopedia do HCE é uma unidade de alta demanda e complexidade, responsável por um volume significativo de procedimentos cirúrgicos eletivos (artroscopias) e de urgência, que são vitais para a missão assistencial do Hospital.

2.4. A falha no fornecimento contínuo de materiais de videoartroscopia (âncoras, fios, lâminas de shaver e ponteiras de radiofrequência) resulta em diversos impactos negativos diretos à assistência e à gestão hospitalar:

- **2.4.1. Cancelamento e Adiamento de Cirurgias:** Este é o impacto operacional mais visível. O cancelamento de procedimentos eletivos (como reparos de manguito e instabilidades) por falta de material gera longas filas de espera, sobrecarrega a equipe e piora o quadro clínico do paciente que aguarda com dor.
- **2.4.2. Aumento do Tempo de Internação (Custo-Eficiência):** Um paciente que aguarda cirurgia ocupa um leito hospitalar que poderia ser utilizado por outro paciente. Isso onera o sistema, aumenta o risco de infecção hospitalar e diminui o giro de leitos do HCE.
- **2.4.3. Ineficiência Operacional e Desperdício de Recursos:** Cada cirurgia cancelada gera um custo de "sala ociosa" (centro cirúrgico e equipe de enfermagem alocados, mas inativos) e desperdício de tempo da equipe médica especializada.
- **2.4.4. Risco de Aquisições Emergenciais:** A falta de planejamento e de um contrato regular força a Administração a buscar compras emergenciais, que são, por natureza, mais onerosas, menos competitivas e aumentam o risco de questionamentos pelos órgãos de controle.

2.5. Portanto, a necessidade que se busca sanar não é apenas a de "comprar âncoras", mas sim a de assegurar a continuidade do fluxo assistencial cirúrgico de alta complexidade do HCE.

2.6. O objetivo desta contratação é estabelecer um modelo de fornecimento ágil e contínuo, que garanta que o material correto esteja disponível no momento exato da necessidade do paciente, alinhando a gestão de suprimentos à agenda cirúrgica.

2.7. Da Necessidade do Regime de Comodato (Torre de Vídeo e Motores) Complementarmente, a necessidade assistencial só é plenamente satisfeita se o cirurgião dispuser, no ato operatório, não apenas do implante (consumível), mas também do **aparato tecnológico** para sua implantação. Na cirurgia de ombro moderna, isso envolve:

- **Torre de Videoartroscopia:** Para visualização intra-articular (Ótica, Câmera e Fonte de Luz);
- **Motor de Shaver e Bomba de Infusão:** Para ressecção de tecidos e distensão da articulação;
- **Gerador de Radiofrequência:** Para ablação e hemostasia.

2.7.1. Dada a inviabilidade econômica de o HCE adquirir e manter ativos tecnológicos de altíssimo custo e rápida obsolescência (como Torres de Vídeo 4K), torna-se imperiosa a contratação no modelo em que a fornecedora cede os equipamentos em regime de **COMODATO**, garantindo a compatibilidade técnica (o consumível só funciona no equipamento da mesma marca) e a segurança do procedimento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPÓSITO DE MATERIAL CIRÚRGICO	Maj Rachel - Chefe do Depósito de Material Cirúrgico

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Deste tópico, é mister elencar que as orientações aqui descritas serão restritas àquelas de âmbito técnico. As demais informações julgadas cabíveis no tocante a modelo de execução contratual serão destrinchadas em oportuno nos autos deste processo (Minuta de Contrato/Termo de Referência).

4.2. Partindo deste pressuposto, tem-se que:

4.3. Da Natureza do Objeto De modo inicial, ao realizar a análise do objeto a ser licitado (**Materiais de Síntese, Ancoragem e Insumos para Videoartroscopia de Ombro**), nota-se que, por suas características padronizadas de mercado e pela crescente demanda do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do HCE, este possui natureza de **bem comum**.

4.4. Ademais, conforme vislumbrado no tópico "Descrição da Necessidade", as contratações de materiais desta natureza são constantes e perenes nesta Organização Militar de Saúde, o que justifica a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** como o modelo de contratação mais adequado.

4.5. Neste contexto, e em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, a simples repetição de um novo e custoso procedimento licitatório a cada 12 meses, para um objeto idêntico, pode se mostrar administrativamente ineficiente.

4.6. Da Vigência e Prorrogação Portanto, a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços — desde que comprovada a vantajosidade econômica em momento oportuno — apresenta-se como uma solução de gestão eficaz.

- **4.6.1.** Diante disso, a Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.
- **4.6.2.** Contudo, o planejamento desta licitação prevê, desde já, a possibilidade de sua prorrogação por igual período e da eventual renovação dos quantitativos originais, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A efetivação de tal prorrogação ficará, obviamente, condicionada ao interesse futuro desta Administração e à rigorosa comprovação de que os preços permanecem vantajosos.

4.7. Do Modelo de Fornecimento (Regime de Consumo via Empenho Estimativo) Considerando a imprevisibilidade da extensão da lesão (ex: número exato de âncoras necessárias para reparar um manguito rotador só é conhecido no intraoperatório), adota-se o modelo de fornecimento por consumo sob demanda. Neste modelo, a contratação visa ao atendimento de procedimentos cirúrgicos específicos (por paciente), obedecendo ao seguinte fluxo operacional:

- **4.7.1. Solicitação:** A demanda será iniciada pela equipe médica, que solicitará ao Depósito de Material Cirúrgico (DMC) o rol de materiais necessários para o procedimento (grade completa de âncoras, fios, cânulas e lâminas prováveis).
- **4.7.2. Empenho Estimativo:** A Administração emitirá uma Nota de Empenho do tipo Estimativo, contemplando o quantitativo total solicitado pela equipe médica para garantir a margem de segurança do procedimento.
- **4.7.3. Entrega Integral (Disponibilização):** A Contratada deverá realizar a entrega física de todos os itens constantes na Nota de Empenho Estimativo no HCE, acompanhados de Nota Fiscal de "Simples Remessa", garantindo que todo o material esteja disponível na sala cirúrgica.

4.8. Da Conferência, Devolução e Faturamento

- **4.8.1.** Após a realização do procedimento cirúrgico, o Fiscal Técnico, juntamente com a equipe médica, atestará no **Mapa de Consumo** apenas os itens efetivamente implantados/utilizados no paciente.
- **4.8.2.** Os itens entregues, mas não utilizados (sobras intactas), deverão ser devolvidos à Contratada, mediante emissão de Nota Fiscal de Devolução ou procedimento administrativo equivalente.
- **4.8.3.** A Administração procederá à anulação parcial da Nota de Empenho no valor correspondente aos itens devolvidos/não consumidos, ajustando o saldo devedor à realidade da execução.
- **4.8.4.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal de Venda (Fatura) correspondente exclusivamente aos quantitativos consumidos, para fins de liquidação e pagamento. É vedada a cobrança de materiais não utilizados.

4.9. Dos Prazos de Entrega Considerando a natureza das demandas cirúrgicas de trauma e ortopedia, os prazos de entrega (disponibilização do material no HCE) serão contados a partir do envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento:

- **4.9.1. Para Cirurgias Eletivas:** Prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.
- **4.9.2. Para Cirurgias de Urgência/Emergência:** Prazo máximo de **06 (seis) horas**.
- **4.9.3.** O não cumprimento dos prazos, que acarrete cancelamento de cirurgia ou risco ao paciente, sujeitará a Contratada às sanções por inexecução, sem prejuízo das perdas e danos.

4.10. Do Local e Horário de Entrega A entrega do material deverá ser realizada no endereço: Rua Francisco Manuel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.911-270, aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico (DMC), dentro dos horários abaixo (ressalvadas as urgências, que serão recebidas em regime de plantão administrativo):

- Segunda a Quinta-feira: 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 15:00h.
- Sexta-feira: 07:30h às 11:30h.

4.11. Da Validade e Qualidade

- **4.11.1.** Em caso de produtos com validade (estéreis), o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- **4.11.2.** No ato da entrega, os itens que não atenderem às especificações do edital serão rejeitados pela fiscalização.
- **4.11.3.** Os itens rejeitados deverão ser obrigatoriamente substituídos por outros que atendam integralmente às especificações. Tratando-se de cirurgia agendada, a substituição deve ser imediata ou em tempo hábil para não frustrar o procedimento.

4.12. Do Regime de Comodato (Equipamentos de Videoartroscopia) Já em se tratando dos equipamentos necessários para o uso dos materiais, cresce de importância citar que a solução desta contratação envolve a cessão destes em regime de **COMODATO**, sem custos adicionais para a União, abrangendo:

1. **Torres de Vídeo** (Ótica, Câmera, Fonte de Luz e Monitor);

2. **Bombas de Infusão/Irrigação**;

3. **Consoles de Shaver** (Motor) e Peças de Mão;

4. **Geradores de Radiofrequência**;

5. **Caixas de Instrumental** específicas para Ombro.

- **4.12.1.** A Contratada obriga-se a disponibilizar os equipamentos funcionais e compatíveis com os itens de consumo (lâminas, ponteiros e âncoras) solicitados, devendo entregá-los no Centro de Material e Esterilização (CME) com antecedência mínima de 24 horas da cirurgia (para eletivas), devidamente limpos e testados.

4.13. Obrigações da Contratada A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- **4.13.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência, número do lote e registro ANVISA;
- **4.13.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- **4.13.3.** Em caso de proibição, suspensão ou recolhimento de lotes pela ANVISA (Tecnovigilância), a contratada se responsabilizará pela troca imediata dos itens.
- **4.13.4.** A contratada é responsável pelo transporte adequado dos materiais, respeitando as condições de armazenamento e integridade física.
- **4.13.5.** A contratação requer práticas de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.14. Da Exigência de Amostras Quanto às possíveis solicitações de amostras, a estratégia definida é a da verificação por provocação (diligência).

- **4.14.1.** Após a aceitação da proposta de preços, caso a análise documental (catálogos e registros) não seja suficiente para comprovar o pleno atendimento das especificações, o setor demandante poderá solicitar a apresentação de amostra física /protótipo.
- **4.14.2.** As amostras deverão ser identificadas com nome do licitante, item, lote e validade.
- **4.14.3.** Serão avaliados aspectos como resistência, corte (lâminas), fixação (âncoras) e integridade da embalagem.
- **4.14.4.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

4.15. Do Reajuste de Preços Em se tratando de eventual reajuste dos preços registrados, este planejamento define que o índice a ser utilizado será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

- **4.15.1.** O critério de aplicação seguirá o estabelecido pelo Art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- **4.15.2.** Fica definido que a data-base para o cálculo do reajuste (o dia "zero" da contagem) será a data do orçamento estimativo que compõe este ETP.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Conforme entendimento da Consultoria Jurídica, este levantamento de mercado não se restringe à coleta de preços, mas se configura como um meio de buscar e comparar as diferentes soluções disponíveis para atender à demanda do **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Ombro e Cotovelo)** do HCE.

5.2. Nesta análise, foram prospectadas as seguintes alternativas:

5.3. Análise de Soluções Existentes (IRP e Adesão)

5.4. Inicialmente, buscou-se no âmbito da Administração Pública por soluções já estruturadas que pudessem atender à necessidade do HCE.

- **5.4.1. Intenção de Registro de Preços (IRP):** Foi realizada consulta ao sistema, não sendo identificada nenhuma IRP aberta por outro órgão que contemple, com a devida especificidade técnica (sistemas de videoartroscopia completos com comodato), os itens de OPME demandados.
- **5.4.2. Adesão a Atas Vigentes ("Carona"):** Também foi realizada prospecção por Atas de Registro de Preços vigentes de outros hospitais (civis e militares). Não foram localizados instrumentos passíveis de adesão que apresentem total compatibilidade com as especificações técnicas, a logística de entrega (prazo exíguo de 6h a 48h) e a volumetria exigidas pelo HCE.

5.5. A hipótese de contratação direta por dispensa de licitação (fundamentada no valor) foi analisada e descartada.

5.6. O valor estimado da contratação (detalhado na seção 7 deste ETP), que visa suprir a demanda por 12 meses, é substancialmente superior aos limites financeiros estabelecidos no Art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, tornando esta solução legalmente inviável.

5.7. Esgotadas as alternativas de aproveitamento de certames alheios e de contratação direta, a solução que se impõe é a realização de um procedimento licitatório próprio.

5.8. A modalidade mais adequada para esta aquisição é o **Pregão Eletrônico**, para Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta escolha se justifica pois:

- **5.8.1. Natureza do Objeto:** Embora tecnicamente complexos, os materiais (OPME de Ombro) são de natureza comum, pois podem ser objetivamente descritos e especificados no Termo de Referência, sem indicação de marca.
- **5.8.2. Competitividade:** A forma eletrônica permite a mais ampla disputa entre fornecedores de todo o território nacional.
- **5.8.3. Eficiência:** O SRP é o modelo que melhor se adapta à demanda do HCE, permitindo aquisições sob demanda (pagamento por consumo) utilizando-se da Nota de Empenho como elemento substitutivo ao contrato.
- **5.8.4. Conclusão:** Portanto, este levantamento de mercado conclui que a solução mais eficiente, econômica e legalmente adequada é a condução de Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

5.9. Já em relação ao **COMODATO**, cresce de importância tecer as análises que indiquem a vantajosidade da utilização deste modelo em detrimento da locação ou aquisição patrimonial. Dessa forma, realiza-se a análise abaixo:

GRUPO / SISTEMA	EQUIPAMENTO (COMODATO NECESSÁRIO)	JUSTIFICATIVA DO MODELO DE COMODATO EM DETRIMENTO DE LOCAÇÃO OU COMPRA
SISTEMA DE VIDEOARTROSCOPIA	Torre de Vídeo Completa (Monitor, Processadora de Imagem, Fonte de Luz LED /Xenon e Cabeça de Câmera).	Inviabilidade da Compra: O custo de aquisição de uma Torre 4K é elevadíssimo (Alto CAPEX). A tecnologia de imagem evolui rapidamente, tornando o equipamento comprado obsoleto em 2 anos. O custo de manutenção de óticas e câmeras é altíssimo para a Administração. Vantagem do Comodato: A contratada fornece o equipamento "topo de linha" para vender suas âncoras/lâminas. A manutenção e atualização tecnológica são gratuitas e imediatas (Troca em 24h em caso de defeito).

SISTEMA DE RESSECÇÃO (SHAVER)	Console de Shaver (Motor) e Peça de Mão (Caneta).	<p>Risco de Vendor Lock-in: As lâminas de shaver possuem encaixe proprietário. Se o HCE comprar um motor da Marca X, ficará "refém" de comprar apenas lâminas da Marca X por toda a vida útil do motor (10 anos), impedindo a ampla concorrência futura.</p> <p>Vantagem do Comodato: O comodato vincula o motor à lâmina apenas durante o contrato (12 meses). No próximo pregão, se a Marca Y ganhar, ela traz seu novo motor, mantendo a competitividade.</p>
SISTEMA DE RADIOFREQUÊNCIA	Gerador de Radiofrequência (Vaporizador).	<p>Compatibilidade Técnica: Semelhante ao Shaver, as ponteiros de ablação só funcionam no gerador do mesmo fabricante. O comodato garante que o cirurgião tenha o gerador compatível com a ponteira licitada, sem custos de investimento.</p>
SISTEMA DE DISTENSÃO	Bomba de Infusão/Irrigação Artroscópica.	<p>Segurança: O controle de pressão intra-articular é vital. O comodato garante equipamentos calibrados pelo fabricante, reduzindo riscos de extravasamento de líquido no paciente.</p>
INSTRUMENTAL	Caixa de Instrumental de Ombro (Pinças, Passadores de Fio, Palpadores).	<p>Custo de Reposição: O instrumental de artroscopia é delicado e sofre desgaste natural constante. Na compra, o HCE arcaria com a reposição e afiação. No comodato, a reposição de pinças quebradas ou gastas é responsabilidade integral da fornecedora.</p>

5.10. Dessa forma, fica evidente que, além da economicidade, a utilização de modalidade comodato para haver os equipamentos em plenas condições de uso é a mais apropriada no caso em tela, transferindo os custos de manutenção, calibração e atualização tecnológica para a iniciativa privada.

5.11. Ressalta-se que a pesquisa de preços que fundamenta este processo foi realizada com base em orçamentos e contratações públicas extraídas do Painel de Preços (Compras.gov), cujos descritivos fazem menção estrita ao fornecimento do item de consumo (OPME).

5.12. Ao adotar a mediana desses valores como Preço Máximo Aceitável, a Administração limita o valor da contratação à modalidade de fornecimento, utilizando como teto o preço de mercado do insumo isolado. Desta forma, a exigência editalícia para que a licitante vencedora disponibilize os equipamentos em regime de comodato, sem qualquer acréscimo a este valor de referência, configura inequívoca vantagem econômica para a União.

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Será realizado um processo de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis. A licitação visa garantir a aquisição dos materiais de consumo OPME de forma transparente, competitiva e eficiente.

6.2. A contratação tem como objeto a eventual aquisição de Materiais de Consumo - OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) para o **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Especialidade de Ombro e Cotovelo)** do Hospital Central do Exército (HCE), visando suprir as necessidades assistenciais, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

6.3. A solução abrange o fornecimento dos materiais descritos no Termo de Referência (**âncoras, fios de sutura, lâminas de shaver, ponteiros de radiofrequência e cânulas**), com entrega sob demanda. Inclui-se a **obrigatoriedade de fornecimento de equipamentos em regime de COMODATO** (Torres de Vídeo, Consoles de Shaver, Bombas e Caixas de Instrumental), para garantir a compatibilidade técnica e o uso seguro dos materiais contratados.

6.4. A escolha pela aquisição via SRP justifica-se pela necessidade de atender a uma demanda variável e imprevisível de **lesões do manguito rotador, instabilidades glenomerais e traumas de membros superiores**, garantindo a continuidade do atendimento assistencial. A solução permite maior flexibilidade administrativa, melhor gestão orçamentária e atendimento tempestivo.

6.5. Os materiais deverão atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, incluindo registros na ANVISA, certificações de Boas Práticas de Fabricação e conformidade com normas técnicas. Os materiais devem ser compatíveis com os equipamentos cedidos (ex: encaixe da lâmina no motor), possuir segurança comprovada (biocompatibilidade) e atender aos padrões mínimos de qualidade definidos.

6.6. Os materiais a serem adquiridos são de uso único (descartáveis ou implantáveis). No caso dos equipamentos fornecidos em comodato (**Torres de Vídeo, Motores e Óticas**), a responsabilidade pela manutenção preventiva, corretiva e reposição de peças desgastadas ou quebradas será integralmente da empresa contratada.

6.7. Por se tratar de materiais de consumo e implantáveis, o ciclo de vida encerra-se após o uso clínico, devendo os resíduos e explantes ser descartados conforme as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HCE e normas ambientais vigentes (Lei nº 12.305/10 e Resolução CONAMA nº 358/2005).

6.8. Serão observados critérios de sustentabilidade ambiental durante a contratação, com incentivo ao fornecimento de materiais com embalagens recicláveis e processos de fabricação com menor impacto ambiental, cumprindo as exigências da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

6.9. Da Modelagem de Benefícios ME/EPP (Lei Complementar nº 123/2006) Considerando as diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, este Estudo Técnico Preliminar adota uma modelagem híbrida. Conclui-se pela aplicação da exclusividade para os itens isolados (ex: canetas de marcação, itens avulsos de baixo valor) cujo valor estimado não exceda R\$ 80.000,00. Contudo, para os **Grupos/Sistemas de Videoartroscopia** de maior valor e complexidade, decide-se pelo **afastamento da aplicação de cota reservada (25%)**, bem como da margem de preferência, com fulcro na complexidade técnica e indivisibilidade do objeto, conforme Art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar.

6.10. Justificativa do Agrupamento e Afastamento de Cota O objeto desta contratação foi estruturado em agrupamento técnico (Sistema de Artroscopia de Ombro) devido à interdependência funcional entre o consumível e o equipamento. A alta complexidade decorre da necessidade de **conexões proprietárias**. O tratamento diferenciado (cota reservada) é afastado pelas seguintes razões técnicas:

- **6.10.1. Incompatibilidade de Encaixe e Conexão Proprietária (Vendor Lock-in):** Os itens de consumo (lâminas de shaver e ponteiros de radiofrequência) possuem encaixes proprietários que só se conectam ao Console (Motor) e ao Gerador da mesma marca. A aplicação de cota reservada obrigaria a Administração a operar com dois tipos de motores e duas torres de vídeo simultaneamente na mesma sala (um para a cota principal, outro para a reservada), o que é inviável espacial e operacionalmente.
- **6.10.2. Dependência do Instrumental (Comodato):** A inserção de âncoras exige chaves e guias específicas do fabricante. Se houver divisão de cotas, o HCE teria que esterilizar e gerenciar múltiplas caixas de instrumental para a mesma cirurgia,

aumentando o risco de uso cruzado de chaves incompatíveis, o que causaria a falha na pega da âncora ou quebra do implante.

- **6.10.3. Inviabilidade Logística da Fragmentação:** A natureza do objeto exige que o fornecimento ocorra de forma integral ("Kit de Artroscopia"). A complexidade logística de coordenar a entrega fracionada (metade dos fios pela ampla, metade pela cota) geraria risco inaceitável de desabastecimento de um item crítico durante o ato operatório.
- **6.10.4. Conclusão da Estratégia:** (i) Itens Individuais/Avulsos: Exclusivos para ME/EPP se < R\$ 80 mil; (ii) Grupo de Videoartroscopia: **Ampla Concorrência integral (sem cota reservada)**, para garantir a integridade do sistema e o funcionamento dos equipamentos em comodato.

6.11. Define-se, ainda, que não será aplicada a margem de preferência (prevista no Art. 26 da Lei nº 14.133/2021) no julgamento das propostas.

- **6.11.1. Análise de Risco Técnico:** A seleção de materiais para cirurgia de ombro baseia-se em critérios rígidos de desempenho (poder de corte do shaver, fixação da âncora). A aplicação de margem de preferência introduz viés financeiro que pode conflitar com a busca pela melhor tecnologia. Dada a criticidade do objeto para a recuperação funcional do membro superior, a eficiência técnica deve prevalecer.

6.12. Em cumprimento ao disposto no Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, reforça-se que o fracionamento de grupos complexos por meio de cotas imporia à Administração o gerenciamento de múltiplos padrões de equipamentos (Motores e Torres), o que contraria o princípio da padronização e da eficiência logística em centro cirúrgico. A integridade do grupo foi planejada para assegurar que o procedimento seja realizado com insumos de um mesmo "ecossistema" tecnológico.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Os quantitativos dos itens, descritos no Documento de Formalização da Demanda (DFD), foram estimados pelo **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Especialidade de Ombro)** e pelo Setor de OPME do HCE. A estimativa considerou não apenas toda a demanda anual necessária para o pleno atendimento aos usuários do sistema SAMMED/FuSex/PASS, mas também a necessidade de restabelecer o Serviço como referência de alta complexidade em cirurgias de ombro no âmbito da 1ª Região Militar.

7.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) reforça o compromisso com a economicidade, permitindo que a Administração adquira os materiais de forma fracionada (pagamento por consumo efetivo).

7.3. O detalhamento exaustivo dos itens e quantitativos anuais estimados encontra-se na Tabela de Itens anexa a este Estudo, organizada conforme a lógica técnica de interdependência (**Sistema de Videoartroscopia: Consumo + Equipamento em Comodato**).

7.4. Justificativa da Metodologia de Cálculo (Série Histórica Prejudicada) A metodologia padrão baseada na média histórica de consumo mostra-se inviável e perigosa para o presente ETP. Identificou-se que o Serviço de Ortopedia (Ombro) do HCE enfrentou períodos de desabastecimento de itens específicos de videoartroscopia (falta de "kits" completos) nos últimos dois exercícios, o que torna o histórico de consumo consolidado no sistema nulo ou "reprimido" (não reflete a realidade da demanda, mas sim a falta de material).

7.5. Esta lacuna de dados históricos exige uma mudança de metodologia. Utilizar a média de consumo de um período de escassez resultaria em uma estimativa "subdimensionada", perpetuando a falha assistencial e impedindo a retomada do volume cirúrgico adequado.

7.6. Dada a inviabilidade do histórico, a metodologia adotada foi a de **demanda projetada** e justificada pelo corpo clínico. O Serviço de Ortopedia possui a expertise para dimensionar a necessidade baseada na incidência epidemiológica de **lesões do manguito rotador, instabilidades glenomerales e traumas da cintura escapular** atendidas pela unidade.

7.7. A Clínica baseou sua estimativa em uma projeção de consumo futuro, considerando:

- **7.7.1. Demanda Reprimida:** O volume de pacientes aguardando cirurgias eletivas (reparos de manguito e reconstruções ligamentares) que não foram operados por falta de OPME específico;
- **7.7.2. Capacidade Operacional:** O número de salas cirúrgicas e a disponibilidade de **Torres de Vídeo** para a especialidade;
- **7.7.3. Perfil de Trauma:** A estatística de entrada de traumas de **ombro (luxações traumáticas, fraturas de úmero proximal e clavícula)**, que independe de agendamento e exige estoque de segurança robusto.

7.8. É crucial elencar que o HCE opera como um hospital de "portas abertas" para urgências e emergências. O perfil do paciente muitas vezes é vítima de acidente ou trauma, exigindo prontidão imediata.

7.9. Esta característica impede um planejamento baseado puramente em cirurgias eletivas. Diferente de outras especialidades, a falta de uma **âncora específica ou lâmina de shaver** no momento de uma cirurgia pode significar a incapacidade de realizar o reparo da lesão, gerando **limitação funcional permanente** (perda de força e mobilidade do braço) e dor crônica no paciente.

7.10. Portanto, o quantitativo solicitado compõe um dimensionamento de segurança operacional. Não reflete uma "sobra", mas o mínimo necessário para que a equipe cirúrgica tenha à disposição as grades de itens variados para lidar com a imprevisibilidade anatômica (ex: ter âncoras de diferentes diâmetros e fios de sutura disponíveis na sala, mesmo que use apenas alguns).

7.11. A adoção de um quantitativo inferior a este geraria um risco assistencial direto (**Risco de Desabastecimento**), podendo resultar na suspensão de procedimentos complexos e na judicialização da saúde por falta de atendimento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 911.260,10

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Com base nos estudos técnicos realizados e no levantamento de mercado efetuado (Mapa Comparativo de Preços), foi constatado que a Aquisição de Materiais de Videoartroscopia de Ombro possui uma estimativa de valor total para 12 meses de **R\$ 911.260,10 (novecentos e onze mil, duzentos e sessenta reais e dez centavos)**.

8.2. Ressalta-se, de forma inequívoca, que este montante refere-se **exclusivamente** à aquisição dos materiais de consumo (âncoras, lâminas de shaver, ponteiros de radiofrequência e cânulas) efetivamente utilizados nos pacientes.

8.3. Da Gratuidade do Comodato (Sem Ônus)

8.3.1. Quanto aos equipamentos necessários à aplicação dos materiais, estes deverão ser disponibilizados pela Contratada em regime de **COMODATO (Cessão Gratuita Temporária)**, abrangendo obrigatoriamente:

- a) Torre de Vídeo Completa (Monitor, Processadora, Fonte de Luz e Cabo de Fibra Óptica);
- b) Console de Shaver (Motor) e Peça de Mão;
- c) Gerador de Radiofrequência (Vaporizador);
- d) Bomba de Infusão/Irrigação Artroscópica;
- e) Unidade Controladora de Termoterapia;
- f) Caixas de Instrumental cirúrgico específicas para Ombro.

8.3.2. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento de locação, aluguel, taxa de manutenção ou qualquer outra contraprestação financeira por parte da Administração pelo uso desses equipamentos.

8.3.3. O fornecimento dos equipamentos sem ônus é condição *sine qua non* para a habilitação técnica e aceitação da proposta, devendo a licitante absorver os custos logísticos e de depreciação desses ativos dentro de sua estratégia comercial.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A regra geral da licitação é o parcelamento do objeto (Art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021), visando à ampliação da competitividade. Contudo, a própria lei estabelece que o parcelamento não deve ser adotado quando houver prejuízo para o conjunto complexo ou perda de economia de escala.

9.2. A análise técnica do **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Ombro)** identificou que os itens listados (consumíveis de artroscopia + equipamentos em comodato) compõem um **SISTEMA FUNCIONAL ÚNICO E INDIVISÍVEL**.

9.3. Diante desta interdependência tecnológica, a divisão do objeto em itens separados ou lotes menores é **tecnicamente inviável**. A solução que atende à necessidade da Administração é a **Não-Divisibilidade (Adjudicação por Lote Único Global)**.

9.4. Justificativas Técnicas para o Não-Parcelamento (Grupo Único):

- **9.4.1. Interdependência Tecnológica (Trava de Hardware/Software):** Os itens de consumo principais (Lâminas de Shaver e Ponteiros de Radiofrequência) possuem conexões proprietárias (*lock-in* físico). Uma lâmina da Marca A não encaixa no motor da Marca B. Se a licitação fosse fracionada, a Administração correria o risco de adquirir uma lâmina incompatível com o motor cedido em comodato, inviabilizando o procedimento.
- **9.4.2. Integridade do Comodato (Torre de Vídeo):** A cirurgia de ombro depende de uma **Cadeia de Imagem** (Ótica + Câmera + Fonte de Luz + Monitor). Fragmentar esses itens entre fornecedores distintos geraria uma "torre de babel" tecnológica, com incompatibilidade de cabos, conexões e processamento de imagem, comprometendo a visualização intraoperatória.
- **9.4.3. Responsabilidade Única (Manutenção e Garantia):** Ao concentrar o fornecimento em um único prestador, centraliza-se a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva de todo o parque tecnológico (Torre, Motor e Bomba). No caso de falha durante a cirurgia, evita-se o "jogo de empurra" entre fornecedores distintos sobre de quem é a culpa (do motor ou da lâmina?), garantindo a substituição imediata do sistema.
- **9.4.4. Eficiência Logística e Operacional:** O HCE não dispõe de espaço físico nem de recursos humanos para gerenciar múltiplos "sets" de equipamentos de marcas diferentes para uma mesma especialidade. O Lote Único garante a padronização do *setup* de sala, reduzindo o tempo de preparação da cirurgia e o risco de erro operacional pela equipe de enfermagem.

9.5. Conclui-se, portanto, que a formação de **GRUPO ÚNICO** está estritamente amparada na exceção prevista no **Art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**, visto que o parcelamento do objeto causaria prejuízo técnico inaceitável à funcionalidade do sistema de videoartroscopia e risco à segurança do paciente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Em se tratando de contratações correlatas e/ou interdependentes, cresce de importância elencar que, para o **Grupo Único (Sistema de Videoartroscopia e Ancoragem)** listado neste estudo técnico preliminar, será necessário que a empresa vencedora dos itens de consumo também forneça os equipamentos necessários para sua utilização (**Torres de Vídeo, Consoles de Shaver, Bombas, Geradores de RF e Caixas de Instrumental**) sem custo adicional para a União.

10.2. Esta modalidade de fornecimento dos equipamentos em **COMODATO** será formalizada por instrumento próprio (Termo de Contrato de Comodato), cuja minuta consta dos anexos do Termo de Referência.

- **10.2.1.** Já no tocante às aquisições dos itens de consumo (**âncoras, fios, lâminas, ponteiras e cânulas**), estas dar-se-ão com a substituição do termo de contrato pela Nota de Empenho, com vigência da contratação (entrega e liquidação) de 30 dias após a emissão do empenho, conforme Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Conforme entendimento consolidado pela Consultoria Jurídica, esta modelagem híbrida é juridicamente viável e necessária, não havendo óbice para que o comodato seja formalizado por Contrato e as aquisições dos insumos por Nota de Empenho.

- **10.3.1. Formalização:** Constará nos autos a minuta do "Termo de Contrato de Comodato", a ser assinado entre as partes (Contratada/Comodante e HCE/Comodatária) após a homologação da Ata de Registro de Preços.
- **10.3.2. Vigência:** O Contrato de Comodato possuirá vigência inicial de **12 (doze) meses**, rigorosamente alinhada ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.
- **10.3.3. Prorrogação:** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços (e havendo interesse da Administração), o Termo de Comodato deverá ser igualmente prorrogado mediante termo aditivo, a fim de dar continuidade ao suporte cirúrgico e possibilitar o uso contínuo do material licitado.

10.4. A adoção do regime de comodato, em detrimento da locação ou aquisição patrimonial, fundamenta-se na busca pela eficiência e economicidade, pelos seguintes motivos técnicos e econômicos:

- **10.4.1. Custo e Manutenção:** A locação de Torres de Vídeo 4K geraria um custo mensal fixo elevadíssimo para a Administração. No regime de comodato, a disponibilização é gratuita e a manutenção (preventiva, corretiva e troca de óticas queimadas) fica a cargo exclusivo da licitante (Comodante), sem ônus para o HCE.
- **10.4.2. Obsolescência Tecnológica:** A aquisição (compra) de sistemas de vídeo e motores, considerando a alta velocidade no aprimoramento da tecnologia de imagem médica, tornaria o parque tecnológico do HCE obsoleto em curto prazo (2 a 3 anos). O comodato permite a atualização constante (*upgrade*) dos equipamentos a cada nova licitação.
- **10.4.3. Ampliação da Competitividade (Vendor Lock-in):** A aquisição de um motor específico (ex: Motor Marca X) pelo HCE causaria uma restrição em licitações futuras, pois o Hospital seria obrigado a comprar apenas lâminas da Marca X (únicas compatíveis com o motor comprado) para não perder o ativo. Isso levaria a cenários de inexigibilidade por exclusividade. O comodato evita essa "armadilha tecnológica", permitindo que o HCE troque de fornecedor a cada pregão sem perder a capacidade operativa.

10.5. As demais cláusulas a serem aplicadas ao modelo de fornecimento por comodato (deveres de conservação, restituição, seguros e retirada dos bens) encontram-se detalhadas na "Minuta de Contrato de Comodato", constante destes anexos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em relação ao alinhamento entre a contratação e o planejamento, esta aquisição está em total consonância com os instrumentos de governança desta Organização Militar de Saúde.

11.2. A presente contratação **está devidamente prevista e registrada no Plano de Contratações Anual (PCA)** do Hospital Central do Exército, referente ao exercício de 2026, em conformidade com o Art. 12, VII, e o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. A presente contratação tem como principal objetivo garantir a disponibilidade contínua de **Materiais de Videoartroscopia e Ancoragem** (âncoras, lâminas de shaver, ponteiras de radiofrequência e cânulas) para a realização de procedimentos cirúrgicos no **Serviço de Ortopedia e Traumatologia (Ombro e Cotovelo)** do Hospital Central do Exército (HCE). A medida visa assegurar o atendimento adequado aos pacientes portadores de lesões do manguito rotador, instabilidades glenoumerais (luxações recidivantes) e traumas de membros superiores, dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos pela ANVISA e pela literatura médica atual.

12.2. Com a efetivação da contratação, espera-se obter diversos benefícios institucionais, diretos e indiretos, dentre os quais destacam-se:

a) Modernização Tecnológica (Sem Ônus): O acesso imediato a **Torres de Vídeo 4K/Full HD, Bombas de Infusão e Sistemas de Radiofrequência** via **COMODATO**, eliminando a necessidade de investimento público (CAPEX) em equipamentos de imagem que sofrem rápida obsolescência e gerariam altos custos de manutenção para a União;

b) Recuperação Funcional Acelerada: A cirurgia por videoartroscopia (minimamente invasiva) permite uma recuperação muito mais rápida do militar e do dependente em comparação à cirurgia aberta, reduzindo o tempo de internação e o afastamento das atividades laborais;

c) Redução de Custos com OCS/PSA (Internalização): A drástica diminuição dos gastos com encaminhamentos para Organizações Civis de Saúde (OCS). Atualmente, a falta de "Kits de Artroscopia" obriga o encaminhamento de cirurgias de ombro (que são de alta prevalência) para a rede credenciada. Com o contrato, o HCE absorve essa demanda com custo significativamente menor;

d) Eficiência Operacional e Padronização: O fornecimento do sistema completo (Torre + Motor + Consumível) por um único fornecedor evita incompatibilidades técnicas em sala (ex: lâmina que não encaixa no motor), reduzindo o tempo de cirurgia e aumentando a segurança do paciente;

e) Segurança Jurídica e Rastreabilidade: A centralização do fornecimento via Registro de Preços permite maior controle sobre a procedência dos materiais implantáveis (âncoras) e elimina a necessidade de aquisições emergenciais (Dispensa de Licitação) para suprir faltas pontuais.

12.3. A contratação proporcionará impacto direto na melhoria da assistência prestada aos usuários do Sistema de Saúde do Exército na 1ª Região Militar, consolidando o HCE como referência em **Cirurgia de Ombro e Videoartroscopia**, ampliando a resolutividade interna e garantindo o uso racional dos recursos do FUSEx.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A natureza desta contratação específica não gera a necessidade de adequação do ambiente deste Hospital para implantação dos serviços pretendidos.

13.2. A necessidade de confecção de contrato para o comodato dos equipamentos vinculados aos materiais conforme o Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais atrelados à eventual contratação em tela e os riscos a eles associados encontram-se referenciados no Mapa de Riscos e no Termo de Referência, cumprindo ressaltar a relação de obrigações por parte da contratada e /ou da contratante a fim de gerenciar tais riscos, seja mitigando, evitando, restando ou transferindo os mesmos (conforme o caso), bem como a observância do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

14.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade socioambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 7ª Edição, de outubro de 2024.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1. A Equipe de Planejamento declara a **VIABILIDADE** da presente contratação, fundamentada nos seguintes pilares:


- **Técnico:** O modelo de fornecimento híbrido (Consumíveis via SRP + Equipamentos via Comodato) é a única solução capaz de garantir a atualização tecnológica (Torres de Vídeo e Motores) necessária para as cirurgias de Ombro, sem ônus de investimento para o HCE.
- **Econômico:** A pesquisa de mercado demonstrou a existência de competição e preços compatíveis com a estimativa orçamentária.

- **Operacional:** A logística de entrega sob demanda (6h/48h) atende à urgência dos traumas e à rotina das eletivas.


13.2. Diante do exposto, e estando a demanda alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA), opinamos pelo **prosseguimento do feito**, com a elaboração do Termo de Referência e posterior submissão à autoridade competente.

16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **RACHEL DE SOUSA AUGUSTO**
Data: 29/01/2026 14:23:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


RACHEL DE SOUSA AUGUSTO
RESPONDENDO PELA CHEFIA DO DMC

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO**
Data: 30/01/2026 11:09:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
CHEFE DA SPIC

Documento assinado digitalmente
 **VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS**
Data: 30/01/2026 10:57:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS
FISCAL DE OPME

Documento assinado digitalmente
 **JOEL PAULO AKERMAN**
Data: 28/01/2026 07:48:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOEL PAULO AKERMAN
CHEFE DO SETOR DE ORTOPEDIA

Rubrica

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO PELA EMPRESA LICITANTE)
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxxxx

SENHOR PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, CEP, e-mail), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, vencedora dos itens abaixo indicados do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxxxx - HCE, neste ato representado pelo LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, abaixo assinado, propõe ao HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, a aquisição dos itens abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital e seus anexos em epígrafe, nas seguintes condições:

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	REGISTRO ANVISA	UN. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ITEM R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							

- 1 Valor total da proposta: R\$ _____ (_____)
- 2 Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Banco: _____ Agência: _____ Conta corrente: _____
- 4 A garantia oferecida será nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).
- 5 A execução da contratação ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP xxxxxxxx
- 6 Estamos cientes e aceitamos TODAS as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026.
- 7 Garantimos que todos os materiais entregues serão novos e de primeiro uso, com qualidade que garanta a perfeita utilização a que se destinam no período mínimo da garantia exigida.
- 8 No valor proposto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 9 O preço desta proposta é FIXO e IRREAJUSTÁVEL.

Rubrica

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA

- 10 Declaro, para os devidos fins, que os equipamentos vinculados ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico nº ____/____ a serem disponibilizados em regime de comodato, serão fornecidos a título gratuito, sem qualquer ônus financeiro presente ou futuro para a Administração Pública, compreendendo, inclusive, os custos com instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e retirada ao final da vigência contratual. Nesse sentido, é imperioso elencar que, em atenção aos critérios estabelecidos art 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2025, declaro que os custos referentes ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, não estão embutidos no valor final da proposta supracitada.

Local e data.

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

(Encaminhar cópia autenticada da Identidade, para conferência da assinatura)

Rubrica

APÊNDICE B DO TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO PÓS-CIRÚRGICO

LOGO DA EMPRESA

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____. N° de controle do Pós ()

Ao

Hospital Central do Exército

Ref. Pós Cirúrgico N° _____

Cód.	Material	Qtd	Valor Unt. (R\$)	Anvisa conforme proposta
T0000	_____	_____	_____	_____

Valor Total: R\$ _____

Data do Procedimento: _____

CNPJ: _____

NOME DA EMPRESA _____

PACIENTE: _____

DATA DA CIRURGIA: _____

CONTATO COMERCIAL _____

ENDEREÇO DA EMPRESA

APÊNDICE C DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE RECIBO DE ENTREGA DE OPME

Hospital: **Hospital Central do Exército/**
HCE Pregão Nº XXXXXXXX

LOGO DA EMPRESA DADOS COMPLETOS				
NOME DO PACIENTE: DATA CIRURGIA:				
ITEM PREGÃO	DESCRIÇÃO MATERIAL	ANVISA	LOTE	QUANTIDADE

Entregue por:_____

Retirado por:_____

Recebido por:_____

Entregue por:_____

Data/Hora: ____ / ____ / ____ : ____

Data/Hora: ____ / ____ / ____ : ____



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

ANEXO E

TERMO DE RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

Pregão Eletrônico Nº XXXXX

Objeto: Análise de amostra para aquisição de material de consumo OPME para Clínica de Ortopedia e Termo de Recebimento.

Às _____ horas e _____ minutos do dia _____ de _____ de 2025 foi feita entrega de amostra para avaliação no Hospital Central do Exército – HCE, no qual a licitante deve apresentar:

Item	Empresa	Descrição do Material
		Conforme Edital

Procedi à verificação QUALITATIVA e ESPECÍFICA do material objeto do Pregão Eletrônico nº 90013/2025 e elaborei o seguinte parecer:

Nr GRUPO	Nr ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	PARECER TÉCNICO
...				

Área técnica responsável

Procedi à verificação de ENTREGA e RETIRADA do material, assim como estou ciente do parecer técnico final referente à amostra do Pregão Eletrônico nº 90013/2025.

Responsável pela entrega (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:

Responsável pela retirada (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM

HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

CONTRATO DE COMODATO

Anexo V

Pregão Eletrônico nº XXXXXXXX
(Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX)

MINUTA

COMODATÁRIA: União Federal/Ministério da Defesa/
Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército.

COMODANTE:

OBJETO: Aquisição de material OPME pra clínica de
XXXXXXXXXX

NATUREZA: ostensivo

ATA DO PREGÃO: Nº _____, Grupo/Item _____

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, situado na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, inscrito no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, Órgão do Ministério da Defesa, representado neste ato pelo CORONEL LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, Ordenador de Despesas, doravante denominado COMODATÁRIA, e a _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,

_____, doravante designada COMODANTE, neste ato representada por seu Preposto, o (a) Sr. (Sra.) _____, CI nº _____,

_____, CPF nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 14.133/2021; Código Civil Brasileiro; Portaria Ministerial nº 305, de 24 maio 95, e demais cominações legais e pelas condições previstas no Pregão nº XXXXXXXXXXXXXXXX, HCE, mediante as cláusulas e condições seguintes, ajustam a execução do presente Contrato de Aquisição de Materiais de consumo com Comodato para Clínica de Ortopedia do HCE, que possua as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Para utilização no EQUIPAMENTO, o COMODATÁRIO, obriga-se a adquirir os produtos constantes da proposta comercial da COMODANTE, datada de ____/____/____ e da Ata de Registro de Preços ____obedecidas às condições estipuladas na proposta de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO e DO COMODANTE

Para utilização do(a)/no(a) equipamento ou do(a)/no(a) xxxxxxxxxxxxxx (expor o bem objeto de comodato), o COMODATÁRIO, obriga-se a adquirir os produtos constantes da proposta comercial da COMODANTE, datada de ____/____/____ e da Ata de Registro de Preços ____/____obedecidas às condições estipuladas na proposta de preços.

Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no xxxxxxxxxxxx, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da COMODANTE.

O(s) xxxxxxxx (mencionar o objeto do comodato) disponibilizado(s) permanecerá(ão) sendo de exclusiva propriedade da COMODANTE, e serão entregue(s) ao COMODATÁRIO, o qual não poderá vendê-lo(s); caucionado(s); cedido(s); onerado(s), de qualquer forma, alienado(s); ou alugado(s) a terceiros.

Cuidar para que o(s) xxxxxxxx seja(m) utilizado(s) de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento (se existir treinamento) e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no termo de referência e no instrumento de comodato, qual seja.

Não poderá o COMODATÁRIO fazer qualquer alteração ou conserto no(s) xxxxxxxxxxxx, sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente, em caso de se verificar tal possibilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até ____/____/202__, data de término de vigência da Ata de Registro de Preços ____/____, ou enquanto permanecerem em estoque no xxxxx os produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO, podendo ser rescindido antes, desde que a Ata de Registro de Preços seja igualmente rescindida.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste contrato deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente contrato de comodato e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em juízo, no foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E, porestarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, na presença das testemunhas abaixo, rubricadas as páginas precedentes para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Permanecem aplicáveis ao presente contrato às cláusulas do Edital, do Termo de Referência e de todos os anexos do Edital que não sejam incompatíveis com o presente negócio jurídico.

Rio de Janeiro, RJ, ____ de ____ de 20__.

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CORONEL
Ordenador de Despesas
COMODATÁRIA

NOME DA EMPRESA. **NOME DO REPRESENTANTE**
Cargo/função
CPF/MF nº.
COMODANTE

TESTEMUNHAS:

(Fiscais de Contrato nomeados em Boletim Interno)

TESTEMUNHA 1– P/G CPF:

TESTEMUNHA 2– P/G CPF:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)**

**Termo de Minuta de Contrato de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de
Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)**

Anexo VI

Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXX
(Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXXX)

CONSIGNATÁRIA: União Federal/Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército.

CONSIGNANTE:

OBJETO: Aquisição de material OPME para clínica de XXXXXXXXXXXXX

NATUREZA: ostensivo

ATA DO PREGÃO: Nº ____/____, Grupo/ Item ____

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/ HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, situado na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, inscrito no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, Órgão do Ministério da Defesa, representado neste ato pelo CORONEL LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, Ordenador de Despesas, doravante denominado **CONSIGNATÁRIA**, e a _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada **CONSIGNANTE**, neste ato representada por seu Preposto, o (a) Sr. (Sra.) _____, CI n.º _____, CPF nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 14.133/2021; Código Civil Brasileiro; Portaria Ministerial nº 305, de 24 Mai 95, e demais cominações legais e pelas condições previstas no Pregão nº XXXXXXXXXXXXX, HCE, mediante as cláusulas e condições seguintes, ajustam a execução do presente Termo de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para Clínica de Ortopedia do HCE, que possua as especificações técnicas contidas no Termo de

Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto deste Termo é o fornecimento dos produtos especificados no Termo de Referência, em regime de consignação e sob demanda, de acordo com as descrições e especificações nele estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1. O prazo para entrega dos bens destinados a procedimentos eletivos é de 48 horas antes da realização da cirurgia. Para procedimentos de urgência ou emergência, o prazo de entrega é de até 4 horas, conforme estabelecido no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (2016), do Ministério da Saúde.

2.1.1. As entregas serão realizadas conforme a demanda deste hospital, atendendo às necessidades de materiais para os procedimentos cirúrgicos.

2.2 Os produtos, objeto do presente Termo, deverão ser entregues pela CONSIGNANTE no endereço a seguir discriminado, de acordo com as especificações e condições dispostas na respectiva autorização de fornecimento.

Endereço de entrega: Rua Francisco Manoel 126, Benfica -RJ, CEP 209112-270 – Aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO e DO COMODANTE

3.1. O fornecedor se obriga a disponibilizar, no âmbito deste termo, os conjuntos de componentes das OPME com tamanhos variados, bem como o instrumental (consignação) necessário para o seu adequado uso.

3.2. Adicionalmente, o fornecedor será responsável pela troca de componentes não utilizados, mesmo após o vencimento do prazo de validade ou garantia dos mesmos, sem ônus para a CONSIGNATÁRIA.

3.3. O CONSIGNANTE se compromete ainda a disponibilizar um orientador técnico exclusivo, sempre que necessário, para auxiliar na utilização ou montagem das OPME no estabelecimento de saúde, conforme exigido pelas circunstâncias do uso.

3.4. A contratação/consignação aqui tratada consiste no envio dos produtos mencionados na cláusula 1.1 acima (em consignação e sob demanda), durante todo o prazo de vigência deste Termo ou Vigência da Ata De Registro de Preços pelos valores dispostos no Termo de Referência), de acordo com os prazos e quantitativos previstos no processo.

3.5. A CONSIGNANTE se obriga a realizar a entrega dos produtos dentro dos quantitativos, procedimentos e prazos indicados nas respectivas autorizações de fornecimentos (em consignação e sob demanda). Excepcionalmente, desde que justificado e devidamente comprovado, poderá o prazo previsto ser repactuado entre as partes.

3.6. As quantidades dos produtos a serem fornecidos e a periodicidade de envio serão estabelecidas pela CONSIGNATÁRIA dentro de cada autorização de fornecimento, de acordo com a necessidade da clínica de neurocirurgia deste hospital.

3.7. Todos os produtos terão a garantia assegurada e serão fornecidos pela CONSIGNANTE dentro dos padrões de qualidade, apresentação, prazo de validade e adequação às indicações de uso, de acordo com o estabelecido neste Contrato e com as normas sanitárias em vigor no país, reservando-se à CONSIGNATÁRIA o direito de solicitar a troca imediata dos produtos que apresentem incorreções ou problemas de qualidade, ou que se mostrem inadequados para os fins a que se destinam.

3.8. A CONSIGNANTE compromete-se a informar à CONSIGNATÁRIA qualquer caso de descontinuação na fabricação do produto pelo fabricante ou mesmo alteração de sua especificação ou marca com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.9. A CONSIGNANTE assegura para todos os fins que, está apta e em conformidade legal para a execução do presente contrato, bem como que possui todas as licenças, autorizações, registros, certidões e certificados necessários para o fornecimento do seu objeto, atendendo a todos os requisitos legais, incluindo, mas não se limitando, ao transporte, manuseio, armazenamento e rastreabilidade.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O presente termo terá validade a partir da data de sua assinatura, pelo período correspondente à vigência da ata de registro de preço.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONSIGNATÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo CONSIGNANTE.

5.1.1. No preço estão incluídos todos os custos, despesas, contingências e atividades necessárias à boa e fiel execução deste termo, incluindo, mas não se limitando a todos os encargos sociais e previdenciários, tributos, contribuições para fiscais, despesas diretas e

indiretas, benefícios, lucro e todos e quaisquer demais ônus que incidam sobre o escopo do contrato.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor de auditoria interna do HCE, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONSIGNANTE providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste termo deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente termo **de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)** e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em juízo, no foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, na presença das testemunhas abaixo, rubricadas as páginas precedentes para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Permanecem aplicáveis ao presente contrato às cláusulas do Edital, do Termo de Referência e de todos os anexos do Edital que não sejam incompatíveis com o presente negócio jurídico

Rio de Janeiro, RJ, ____ de ____ de 20__.

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CORONEL

Ordenador de Despesas

CONSIGNATÁRIA

NOME DA EMPRESA.

NOME DO REPRESENTANTE

Cargo/função

CPF/MF nº.

CONSIGNANTE

TESTEMUNHAS:

(Fiscais de Contrato nomeados em Boletim Interno)

TESTEMUNHA 1– P/G

CPF:

TESTEMUNHA 2– P/G

CPF:

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho**UG Emitente**

Código	Nome	Moeda
167322	HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
09.609.235/0002-30	RUA FRANCISCO MANUEL, NR 126 - BENFICA - RIO DE JANEIRO - R J. 20911-270	
Município	UF	Telefone
RIO DE JANEIRO	RJ	(021) 3891-7013 SETOR FINANCEIRO

Ano	Tipo	Número
------------	-------------	---------------

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
---------------	--------------	-------------------------	----------------------------	------------	----------------------

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
------------------------	-------------	-----------------	-----------------------	--------------

Favorecido

Código	Nome	
Endereço	CEP	
Município	UF	Telefone

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
		-		-

Descrição**Local da Entrega**

RUA FRANCISCO MANUEL, 126 - BENFICA - RJ

Informação Complementar**Sistema de Origem**

Versão	Data/Hora	Operação

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

Total da Lista

Subelemento

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	-	

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Assinaturas

Ordenador de Despesa

Responsável pela Nota de Empenho

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR-1769)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**, com sede na Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo **Ordenador de despesas**, nomeado pelo Boletim Interno nº , inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/XXXX, processo administrativo n.º **64574.010013/2025-31**– HCE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20..*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid	Valor Un
		(se exigida no	(se exigido no		Máxima	a de	Prazo
		edital)	edital)			Mínima	garanti
							a ou
							validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificaçã	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X	o	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade